

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra Chefe da Casa Civil para que providencie, dentro do prazo constitucional, respostas às informações abaixo solicitadas:

- A empresa AEROFAR Táxi Aéreo Ltda recebeu ou recebe, de alguma forma, repasse de dinheiro público de qualquer órgão da administração pública federal, inclusive empresa pública, autarquia e agência reguladora, de janeiro de 2003 até a presente data?
- A empresa AEROFAR Táxi Aéreo Ltda foi contratada por algum órgão da administração pública federal, inclusive empresa pública, autarquia e agência reguladora, de janeiro de 2003 até a presente data?
- Em caso de resposta positiva informar o conteúdo dos contratos firmados, os valores recebidos no período de 2003 a 2007 e as formas de repasses.

JUSTIFICATIVA

Conforme noticiou o Jornal do Tocantins, em sua edição de 29 de abril de 2007, o ex-ministro José Dirceu “pousou em solo tocantinense a bordo de um jato Cessna Citation Jet 525, prefixo PR-EOB”. A empresa AEROFAR Táxi Aéreo Ltda, proprietária do mencionado jato, atuou no serviço de transporte do ex-ministro do governo Luiz Inácio Lula da Silva e deputado cassado José Dirceu (PT-SP), aos Estados de Tocantins e Goiás, no período de 26 a 28 de abril de 2007.

O valor de mercado estimado do aluguel da aeronave em questão é de R\$ 11 mil/hora (no ar) e R\$ 5,5 mil/hora (em terra).

Calculando-se a viagem São Paulo/Palmas/Porto Nacional e o tempo em que o ex-ministro permaneceu com a aeronave à sua disposição, estima-se um gasto de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Considerando que, segundo informação do mesmo jornal, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Tocantins garantiu não ter custeado a viagem de José Dirceu ao Estado e, também, que a palestra proferida pelo ex-ministro a estudantes de uma

universidade particular de Palmas teria sido gratuita, para no ar uma pergunta: onde o ex-ministro, que diz viver de “palestras e consultorias”, conseguiu recursos para arcar com elevadas despesas de viagem?

Assim, o presente requerimento pretende identificar se a empresa de táxi aéreo em questão recebeu ou recebe algum repasse de recurso público.

Sala das Sessões, em de maio de 2007.

Senadora KÁTIA ABREU

Vice-líder do Democratas